

MENDONÇA, Lúcio de

*magistrado; min. STF 1895-1907.

Lúcio de Mendonça nasceu em Pirai, província do Rio de Janeiro, no dia 10 de março de 1854, filho de Salvador Furtado de Mendonça e de Amália de Meneses Drumond de Mendonça.

Graduou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em novembro de 1877 e ainda nesse mesmo ano iniciou a carreira como promotor público de Itaboraí, no Rio de Janeiro. No ano seguinte, foi transferido para São Gonçalo de Sapucaí, em Minas Gerais, onde esteve até 1885. Nesse ano mudou-se para Valença, na província fluminense, instalando banca de advocacia e colaborando em jornais da cidade, ocasião em que se mostrou adepto das idéias republicanas e positivistas. Fundou o Clube Republicano de Valença, a exemplo do que já fizera em Minas Gerais, instalando clubes republicanos nas comarcas onde atuava como promotor.

Em 1888, transferiu-se para a cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império. Proclamado o regime republicano em 15 de novembro de 1889, foi nomeado secretário do ministro da Justiça, cargo no qual se dedicava ao exercício de funções burocráticas e de que foi exonerado, a pedido, em janeiro do ano seguinte, por haver sido nomeado curador das massas falidas da capital federal. Em fevereiro de 1891 foi nomeado diretor-geral da Secretaria da Justiça e aí permaneceu até março de 1895, data em que foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) em substituição a Afonso Augusto Moreira Pena, que não aceitou a nomeação. Tomou posse em abril do mesmo ano, sendo o primeiro ministro do STF nomeado pelo presidente Prudente de Moraes (1894-1898). Exerceu a função de procurador-geral da República em 1897, quando o ocupante do cargo era escolhido entre os membros do STF.

Um dos idealizadores da Academia Brasileira de Letras, ajudou a fundar entidade em 1897, junto com outros intelectuais de seu tempo. Atribui-se a ele a atuação de bastidores junto aos órgãos do governo republicano a fim de obter apoio para a instalação da Academia, fato que lhe valeu ser referido entre os confrades como “O fundador”. Ocupou a cadeira 11,

para a qual escolheu como patrono o poeta romântico Fagundes Varela.

Foi o relator do pedido de *habeas corpus* impetrado em 1907 por dom Luís de Orleans e Bragança, neto do imperador deposto em 1889, que pretendia, em viagem que fazia aos países platinos, desembarcar no Rio de Janeiro, não obstante proibição expressa do governo federal. Tal proibição se dera pelo temor de que a presença do herdeiro do trono brasileiro pudesse inflamar a facção restauradora ainda viva e ser causa de desordem pública. Lúcio de Mendonça decidiu não conceder a ordem ao impetrante, sob o argumento de que o decreto de banimento da família real não fora derogado pela Constituição de 1891. Com isso, dom Luís não pôde desembarcar no Rio de Janeiro, sendo saudado no convés do navio em que viajava por simpatizantes da restauração capitaneados pelo conselheiro Lafaiete. Apenas os ministros Alberto Torres e Amaro Cavalcanti julgaram favoravelmente às pretensões do príncipe.

Foi aposentado como ministro do STF em outubro de 1907.

Sua obra foi vasta. Entre poemas, contos e romances, publicou: *Névoas matutinas* (1872); *Alvoradas* (1875); *Visão do abismo* (1888); *O escândalo* e *Esboços e perfis* (1889); *Lições de política positiva, conferências* (1893); *Canções de outono* (1896); *Horas do bom tempo* (1901) e *Murmúrios e clamores* (1902), além da coletânea de trabalhos realizados no campo do direito intitulada *Páginas jurídicas, estudos, pareceres e decisões* (1903).

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 23 de novembro de 1909.

Foi casado com Anita Sussekind de Mendonça.

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*; RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>